



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LEI Nº 0572/2015

JUNHO/2015

SUMÁRIO

1	HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	3
1.1	COLONIZAÇÃO	3
1.2	ORIGEM DO NOME DO MUNICÍPIO.....	4
1.3	INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	5
1.4	SÍMBOLOS MUNICIPAIS	5
2	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	8
2.1	ASPECTOS GEOGRÁFICOS	8
2.2	ASPECTOS POPULACIONAIS.....	9
2.3	ASPECTOS CULTURAIS.....	9
2.4	ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	10
2.5	ELEMENTOS DEMOGRÁFICOS	11
3	INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	13
3.1	RENDA	13
3.2	TRABALHO	14
3.3	HABITAÇÃO.....	15
4	OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:.....	16
5	NÍVEIS DE ENSINO.....	17
5.1	EDUCAÇÃO INFANTIL - 0 a 3 ANOS	17
5.1.1	Diagnóstico	17
5.2	EDUCAÇÃO INFANTIL - 4 e 5 ANOS	17
5.2.1	Conceito e Organização.....	18
5.2.2	Diretrizes.....	20
5.3	ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS.....	20
5.3.1	Diagnóstico - Ensino Fundamental - Anos Iniciais	20
5.3.1.1	Escola Municipal Eça de Queirós.....	22
5.3.1.2	Escola Municipal Cecília Meireles.....	26
5.3.1.3	Escola Rural Municipal Getúlio Vargas	29
5.4	ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS	33
5.4.1	Diagnóstico - Ensino Fundamental - Anos Finais	33
5.4.2	Diretrizes.....	34
5.5	ENSINO MÉDIO	35
5.5.1	Diagnóstico	35

5.5.2	Diretrizes.....	37
5.6	ENSINO SUPERIOR	38
5.6.1	Diagnóstico	38
5.6.2	Diretrizes.....	38
6	MODALIDADES DE ENSINO	40
6.1	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	40
6.1.1	Diagnóstico	40
6.1.2	Diretrizes.....	41
6.2	EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	41
6.2.1	Diagnóstico	41
6.2.2	Diretrizes.....	43
7	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	45
7.1	DIAGNÓSTICO	45
7.1.1	Funções de Magistério.....	45
7.1.2	Funções de Apoio Escolar	46
7.1.3	Diretrizes.....	47
8	A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....	49
8.1	A ESCOLHA DO DIRETOR DA ESCOLA	49
8.2	A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO	49
9	GESTÃO DEMOCRÁTICA DA REDE OU SISTEMA DE ENSINO	50
9.1	DIRETRIZES	50
10	FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	51
10.1	DIRETRIZES	52

1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

1.1 COLONIZAÇÃO

Na extensa região onde se localiza o Município, habitaram inúmeros indígenas. Dentre as tribos mais conhecidas estavam os Chapuás, Chovas e os Caiurucrês.

A região vivenciou os problemas com a Revolta do Contestado (1912 – 1916). Mais tarde, participou e assimilou o período conturbado das pendengas judiciais entre posseiros de terras e grileiros. Foi marcante o Levante dos Posseiros, em 1957, ocasião em que grande parte das terras desta porção territorial foi legalizada.

Entre os anos de 1950 a 1956 desbravadores passaram pela área onde se situa o Município abrindo picadas que iam até o município de Barracão, que já era uma vila e possuía um pequeno comércio. Esses desbravadores moravam no Marrecas (hoje município de Francisco Beltrão) e seu principal objetivo era realizar um levantamento do local.

À noite, estas pessoas se reuniam em torno de fogueiras que, além de afugentar os animais selvagens (na época eram comuns: onças, macacos, quatis, veados, tatus, urus, jacutingas, nhambus, entre outros), serviam para marcar os lugares por onde passavam. Os terrenos deste território, em grande parte, pertenciam à colonizadora Erechim e a outra parte, à GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense), que era um órgão federal.

Em 1954, um trator de esteira, trazido pela colonizadora Erechim, do Rio Grande do Sul, abriu a estrada que hoje liga o município de Francisco Beltrão a Manfrinópolis e Salgado Filho.

No ano de 1956, começaram a chegar famílias oriundas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dentre as quais se destacaram: Ladislau Turski, José de Paula, André Rabaioli, Valdomiro Pilati e Arcebides Panzera. Estas famílias chegavam, desbravavam as matas, abriam picadas para demarcar os terrenos e depois começavam a construir pequenas palhoças de madeira lascada.

As famílias pioneiras logo se preocuparam com a questão religiosa. Como ainda não tinham um local definido para que pudessem se reunir e rezar, José

de Paula, que tinha uma casa com porão, ofereceu este lugar com ponto de encontro para as famílias. Nesta época, não havia padres na localidade e o atendimento religioso acontecia, de três em três meses, no município de Salgado Filho.

O porão também era utilizado como escola. Nesta época, um morador, de nome Pires, ofereceu-se para ensinar as crianças, tornando-se o primeiro professor da localidade.

Em 1958, o Padre que atendia a localidade trouxe a imagem de São Cristóvão, que posteriormente se tornou o Padroeiro do Município.

As manhãs de domingo eram reservadas para caçadas, pois havia muitas espécies de animais silvestres e à noite, as pessoas se reuniam para contar as histórias das caçadas, jogar baralho e cantar.

1.2 ORIGEM DO NOME DO MUNICÍPIO

A primeira denominação da localidade foi Encantilado, devido a um episódio acontecido nas viagens de alguns desbravadores. Em uma destas viagens pelo local onde se situa o Município, um dos viajantes, depois de terem pernoitado próximo do rio, que na época ainda não tinha nome, e seguirem em direção ao município de Barracão, pediu aos colegas que pegassem o cantil (objeto utilizado na época para transportar e conservar a cachaça) e ao procurarem, perceberam que o haviam esquecido no local em que tinham pernoitado. Então, resolveram que dois deles voltariam para buscá-lo. Deste episódio nasceu o nome do rio próximo ao local onde tinham pernoitado, pois ao perguntarem onde poderia estar o *cantil*, alguém respondeu que estaria do outro *lado* do rio. Desta forma, surgiu o nome *Encantilado*, dado ao rio e, também, à localidade.

Para o pesquisador José Carlos Veiga Lopes, o nome do Município é uma homenagem a Moisés Manfrim que era madeireiro da região.

A palavra Manfrinópolis é formada pelo termo *Manfrin* e pelo sufixo grego *polis*. O termo *Manfrin* é um sobrenome que se origina da cultura alemã. O termo *pólis* é sufixo grego e significa cidade, portanto, “Cidade de *Manfrin*”.

1.3 INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município nunca foi distrito e teve seu nome alterado quando foi criado através da Lei Estadual nº 11.261, de 21 de dezembro de 1995, sancionada pelo Governador Jaime Lerner, com território desmembrado do município de Salgado Filho. A instalação deu-se em 1º de janeiro de 1997.

1.4 SÍMBOLOS MUNICIPAIS

O Hino do Município tem letra e música de Carlinhos Macedo e Studio GG. Na sua gravação teve como Maestro Edu Jardim e vozes de Almir, Ana Biazon, Bruno e Hellen. A letra do hino foi escrita a partir do conhecimento histórico do Município:

Foram as margens do Encantado,
Augusto prólogo de tua glória,
Onde desbravadores no passado
Presentearam teu nome à história.
Grata, tu recebeste pioneiros
Que de ti fizeram o seu chão.
Somos dessa conquista hoje herdeiros,
Manfrinópolis, tu és nossa paixão.

Refrão

Manfrinópolis, Manfrinópolis,
Maravilha entre tantas outras mil,
És terra abençoada, por tua gente amada,
És a pérola do meu Brasil.

Rico, teu fértil solo dá nobreza
A uma agricultura exemplar:
Milho, fumo e feijão de grã pureza
No sudoeste do meu Paraná.

Grande na pecuária e avicultura,
És progresso feito com altivez.
Forte, tu és a estrela que fulgura
Na constelação da honradez.

Filhos de orgulho pleno em peito aberto,
Que se alegram sempre em seu labor,
Sabem que do futuro o fato certo
É o sucesso em todo o seu vigor.
Lutam a cada dia com a bravura
De heróis guardando seu pendão.
Firme, ó Manfrinópolis, perdura
Para sempre em nosso coração.

A escolha da Bandeira Municipal foi realizada através de um concurso municipal, em 2006, do qual participaram alunos da rede municipal e estadual de ensino, bem como os alunos da Casa Familiar Rural, sendo escolhido o trabalho de Adriano Viccari.

FIGURA 1 - Bandeira Municipal



Fonte: Lei nº 0251/06 de 20 de dezembro de 2006.

FIGURA 2 - Brasão



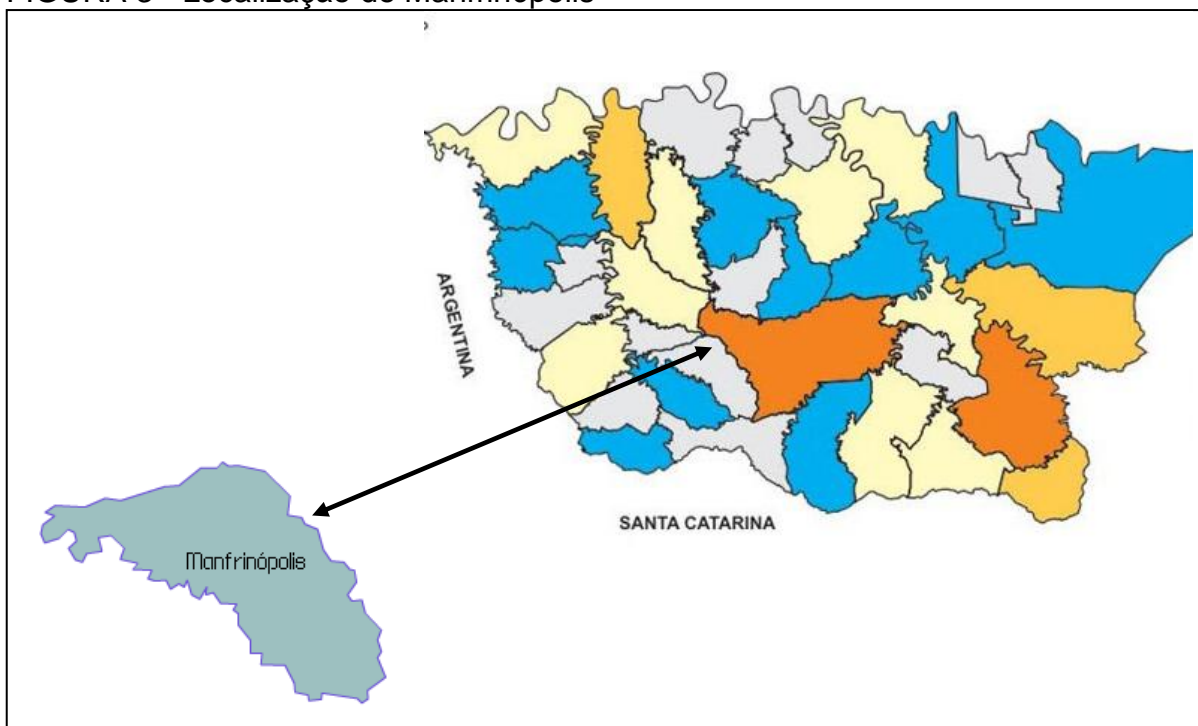
Fonte: Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, 1995.

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município de Manfrinópolis situa-se na região Sudoeste do Paraná possuindo uma área territorial de 217,549 quilômetros quadrados, a uma altitude média de 640 metros acima do nível do mar. Limita-se ao Norte com os municípios de Pinhal de São Bento e Ampére, ao Sul com Flor da Serra do Sul, a Leste com Francisco Beltrão e a Oeste com Salgado Filho.

FIGURA 3 - Localização de Manfrinópolis



Fonte: www.muninet.com.br – 2007.

O Município fica distante 539 quilômetros da Capital do Paraná e pertence à Comarca do município de Francisco Beltrão.

O clima, segundo a classificação de Köppen, é do tipo CFA, subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendências de concentração das chuvas nos meses de verão, porém sem estação seca definida. A temperatura média dos meses mais quentes é superior a 22º centígrados e a temperatura média das mínimas é de 15º centígrados, com umidade relativa do ar em torno de 70%. A precipitação pluviométrica anual é de

1.950 milímetros.

O relevo varia de, fortemente ondulado, montanhoso, com altitude nos fundos dos vales, mais baixos em torno de 400 metros e nas áreas mais elevadas, com altitude máxima de 960 metros.

A vegetação primária remanescente é do tipo floresta subtropical subperenifolia, com predomínio de árvores de médio e grande porte.

Os principais cursos de água são: Rio Encantilado, Rio Barra Grande, Rio Sarandi, Rio Tunal e Rio Tamandaré.

As principais comunidades são: São Sebastião da Bela Vista, Santa Terezinha, Bela Vista do Encantilado, Linha Aparecida, Santo Antonio do Divisor, Rio Tunal, Três de Maio, Tamandaré, Bom Jesus, São João, Roncador, Tancredo Bengher, São Jorge, Castelo Branco, São José, Gleba dos Morros, Golin, Mull, Planaltinho e Santa Luzia.

2.2 ASPECTOS POPULACIONAIS

As pessoas que nascem em Manfrinópolis recebem o adjetivo pátrio – Encantiladenses, pois antes da sua emancipação, a sede do Município era denominada de Encantilado.

2.3 ASPECTOS CULTURAIS

O Município, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, promovem, anualmente, no mês de dezembro, o Festival Municipal da Canção, por ocasião da festa em comemoração ao aniversário do Município.

Cada comunidade do Município possui um padroeiro e estas, por sua vez, promovem festas na data correspondente ao dia do padroeiro. Além dessas, realizam baile de chopp, carnaval e outros.

As escolas da rede estadual e municipal promovem festas juninas com apresentações de danças, casamento caipira, comidas típicas, entre outras atrações e, as escolas municipais, realizam festas juninas aberta paraa comunidade com arrecadação de fundos para APMF.

2.4 ASPECTOS EDUCACIONAIS

No Município, existem sete instituições de ensino: duas da rede estadual, quatro da rede municipal e uma da rede privada, que são:

- Colégio Estadual São Cristóvão - Ensino Fundamental e Médio, localizado na sede do Município;
- Escola Estadual Rui Barbosa - Ensino Fundamental, localizada na Linha São Sebastião da Bela Vista;
- Escola Municipal Eça de Queirós - Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 5º ano, localizada na sede do Município;
- Escola Rural Municipal Getúlio Vargas - Ensino Fundamental de 1ª a 5º ano, localizada na Linha Santa Terezinha;
- Escola Municipal Cecília Meireles - Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 5º ano ;
- Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado, localizado na sede do Município;
- Casa Familiar Rural, situada na sede do Município.

No entanto, antes destas instituições se consolidarem no Município e ao longo do processo educacional, algumas escolas, situadas na zona rural, por falta de demanda, tiveram suas atividades cessadas e desta forma deve se seguir, com as demais escolas conforme sua demanda vai diminuindo. O resumo destas instituições está sintetizado na tabela a seguir.

TABELA 1 - Escolas cessadas no Município, 1998/2004

Denominação	Ano	Resolução	Parecer
1. Escola Rural Municipal Sagrado Coração de Jesus 2. Escola Rural Municipal Paulo VI 3. Escola Rural Municipal Castro Alves	1998	2726/98	136/98
4. Escola Rural Municipal Bom Jesus 5. Escola Rural Municipal Dom João VI 6. Escola Rural Municipal São Jorge 7. Escola Rural Municipal Genorpino Pieri 8. Escola Rural Municipal Quinze de Novembro 9. Escola Rural Municipal Sete de Setembro	1999	2998/99	1883/99

10. Escola Rural Municipal D. Pedro Fernandes			
11. Escola Rural Municipal Perseverança			
12. Escola Rural Municipal São João			
13. Escola Rural Municipal 19 de Novembro			
14. Escola Rural Municipal Santos Dumont	2002	2201/03	1790/03
15. Escola Rural Municipal Santa Cruz			
16. Escola Rural Municipal Nossa Senhora da Salete			
17. Escola Rural Municipal José de Alencar			
18. Escola Rural Municipal Santa Bárbara	2004	2201/03	1790/03
19. Escola Rural Municipal Salgado Filho			

Fonte: Departamento Municipal de Educação – 2007.

2.5 ELEMENTOS DEMOGRÁFICOS

O Município de Manfrinópolis já chegou a ter uma população de aproximadamente 3.306 habitantes no ano de 2007.

No ano de 2010 a população era de 3.127 habitantes, sendo 1.680 masculinas e 1.447 femininas. Para 2014 a população estimada é de 3.003. Como se pode notar, a população de 2014 tem-se mostrado estável, permanecendo na faixa de 3.000 habitantes.

A tabela abaixo demonstra a distribuição da população, por faixa etária, relativa ao ano de 2010, que é praticamente idêntica aos dias atuais.

TABELA 2 – Distribuição da População por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Menores de 1 ano	28	17	45
De 1 a 4 anos	93	102	195
De 5 a 9 anos	185	133	318
De 10 a 14 anos	215	187	402
De 15 a 19 anos	184	141	325
De 20 a 49 anos	703	610	1.303
De 50 a 79 anos	351	407	758
De 80 anos ou mais	10	14	24
TOTAL	1.769	1.611	3.380

Fonte: IBGE-censo demográfico 2010.

Em relação à população residente na área urbana e rural, constata-se que há ainda grande parte da população que permanece na zona rural, contrastando com a maioria dos municípios.

TABELA 3 – População Residente na Área Urbana e Rural

TIPO DE DOMICÍLIO	MASCULINA	FEMININO	TOTAL
Urbano	352	300	652
Rural	1.328	1.147	2.475
TOTAL	1.680	1.447	3.127

Fonte: IBGE-censo demográfico 2010.

3 INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

A economia do Município de Manfrinópolis está assim distribuída em relação aos ramos de atividades:

TABELA 4 – Distribuição da economia.

Ramos de Atividade	Valor (R\$ 1.000,00)
Agropecuária	19.003
Indústria	2.579
Serviços	17.318
TOTAL	38.900

Fonte: IPARDES-Caderno Estatístico/abril2015

O PIB *per capita* (Produto Interno Bruto por habitante) demonstra que o Município possui renda (inferior ou posterior) ao PIB *per capita* do Brasil e do Paraná, conforme tabela abaixo:

TABELA 5 – PIB *per capita*

ENTE FEDERADO	ANO	VALOR
Brasil	2012	22.646
Paraná	2012	24.195
Manfrinópolis	2012	13.352

Fonte: http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/pib_municipal.pdf.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que demonstra o desempenho do Município em relação aos indicadores da educação, saúde e área social, possui índice (inferior ou posterior) ao IDH do Brasil e do Paraná, conforme tabela abaixo:

TABELA 6 – IDH

ENTE FEDERADO	ANO	ÍNDICE
Brasil	2010	0,727
Paraná	2010	0,820
Manfrinópolis	2010	0,645

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/idhm-2013/index.html>.

3.1 RENDA

A renda per capita média de Manfrinópolis cresceu 300,34% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 108,87, em 1991, para R\$ 229,76, em 2000,

e para R\$ 435,85, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 7,57%. A taxa média anual de crescimento foi de 8,65%, entre 1991 e 2000, e 6,61%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 83,52%, em 1991, para 56,03%, em 2000, e para 20,57%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,59, em 1991, para 0,58, em 2000, e para 0,47, em 2010.

TABELA 7 – Renda, Pobreza e Desigualdade

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	108,87	229,76	435,85
% de extremamente pobres	59,59	30,16	9,23
% de pobres	83,52	56,03	20,57
Índice de Gini	0,59	0,58	0,47

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

3.2 TRABALHO

Entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 77,19% em 2000 para 72,01% em 2010. Ao mesmo tempo, sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 0,90% em 2000 para 1,82% em 2010.

TABELA 8 - Ocupação da população de 18 anos ou mais

	2000	2010
Taxa de atividade	77,19	72,01
Taxa de desocupação	0,90	1,82
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	49,77	39,85
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	17,50	32,23
% dos ocupados com médio completo	7,27	20,24
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	79,01	50,04
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	90,43	85,81
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	96,36	95,49

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais

do município, 64,91% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 8,27% na indústria de transformação, 3,36% no setor de construção, 0,00% nos setores de utilidade pública, 6,00% no comércio e 16,88% no setor de serviços.

3.3 HABITAÇÃO

TABELA 9 – Percentagem da População

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	41,83	66,20	89,21
% da população em domicílios com energia elétrica	55,88	78,64	97,92
% da população em domicílios com coleta de lixo. *Somente para população urbana. *Somente para população urbana	-	49,81	91,85

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

TABELA 10 - Vulnerabilidade Social

	1991	2000	2010
Crianças e Jovens			
Mortalidade infantil	37,50	26,41	15,10
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	89,47	69,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	37,72	8,50	1,63
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	12,45	8,75
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	3,60	1,43	5,03
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	44,50	32,05
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	10,33	11,39	7,47
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,20	5,58	1,93
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	69,13	41,85	11,15
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	93,34	72,61	41,38
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	51,88	55,30
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	38,92	40,73	90,96

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

4 OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

O Plano Municipal de Educação tem como objetivos:

1.1 - A elevação global do nível de escolaridade da população de Manfrinópolis.

1.2 - A melhoria da qualidade de ensino nos níveis: Educação Infantil e Ensino Fundamental e nas modalidades: Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

1.3 - Reduções das desigualdades sociais no tocante ao acesso e a permanência com sucesso, na educação pública.

1.4 - A eliminação de qualquer forma de preconceito racial;

1.5 - A democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios e diretrizes referendados para a rede municipal de ensino.

1.6 - A valorização dos profissionais da educação.

5 NÍVEIS DE ENSINO

5.1 EDUCAÇÃO INFANTIL - 0 A 3 ANOS

5.1.1 Diagnóstico

TABELA 11 - Evolução das matrículas no CMEI – 0 a 3 anos

MANTENEDORA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rede municipal	8	6	11	5	11	11
Rede particular	0	0	0	0	0	0
TOTAL	8	6	11	5	11	11

Fonte: Sere.

Neste ano de 2015, no CMEI está assim organizado:

TABELA 12 – Organização do CMEI em 2015

MODALIDADE	FAIXA ETÁRIA	Nº MÉDIO DE ALUNOS/TURMA	TOTAL DE TURMAS	TOTAL DE ALUNOS
Berçário	0	0	0	0
Maternal I	0	0	0	0
Maternal II	0	0	0	0
Maternal III (Jardim de Infância)	03 anos	08	01	08

Fonte: Sere.

5.2 EDUCAÇÃO INFANTIL - 4 E 5 ANOS

TABELA 13 - Evolução das matrículas na pré-escola – 4 e 5 anos

MANTENEDORA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rede municipal	68	60	52	48	58	58
Rede particular	0	0	0	0	0	0
TOTAL	68	60	52	48	58	58

Fonte: Sere.

Neste ano de 2015 as turmas de pré-escola estão assim

organizadas:

TABELA 14 – Organização da Pré-escola em 2015.

MODALIDADE	FAIXA ETÁRIA	Nº MÉDIO DE ALUNOS/TURMA	TOTAL DE TURMAS	TOTAL DE ALUNOS
Pré I	04 anos	13	01	13
Pré II	05 anos	12,3	03	37

Fonte: Sere.

5.2.1 Conceito e Organização

Antes da emancipação política administrativa, ocorrida em dezembro de 1995, o Município já ofertava a educação pré-escolar com turmas formadas nas Escolas Municipais Eça de Queirós e Cecília Meireles. Após o desmembramento do município de Salgado Filho, deu-se a continuidade desta oferta, com turmas de pré-escola formadas na Escola Rural Municipal Getúlio Vargas (zona rural), na Escola Municipal Cecília Meireles (zona rural) e na Escola Municipal Eça de Queirós (na sede do Município).

Para ampliar o atendimento da educação infantil, foi criado, em 2002, o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), Mundo Encantado. A estrutura possui quatro salas de aula (cada uma com 40 metros quadrados e capacidade para 25 alunos), cinco banheiros, uma cozinha, uma secretaria, uma dispensa, uma lavanderia, um refeitório, um almoxarifado e uma pequena quadra de areia.

O CMEI atende somente no período vespertino, crianças da faixa etária de três a seis anos, sendo que a maioria é oriunda do meio rural. As turmas são organizadas por faixa etária: o Jardim I atende crianças de três anos, o Jardim II, de quatro anos e a pré-escola, crianças de cinco a seis anos de idade.

Os planejamentos no CMEI são realizados bimestralmente, contando com auxílio da equipe pedagógica da Secretária Municipal de Educação. Durante o ano letivo realizam-se estudos de formação continuada com cursos voltados à área da educação infantil. Para pais e alunos são realizadas palestras com profissionais na área da saúde.

A hora-atividade dos professores é realizada no próprio Centro Municipal, perfazendo um total de 33 % semanais para cada vinte horas de trabalho.

As reuniões com pais, professores, alunos e direção acontecem semestralmente.

Além do Centro Municipal, a Escola Cecília Meireles, continua ofertando a pré-escola para alunos na faixa etária de cinco a seis anos.

Até o advento da atual Constituição Federal a educação infantil não integrava o sistema de ensino, constituindo-se em cursos livres, sem normatização específica, os quais eram oferecidos por instituições particulares, com ou sem fins lucrativos, ou pelo Poder Público. Neste caso, a administração e o controle da educação infantil, geralmente para atender crianças advindas de famílias de baixa renda, na forma de creches, eram efetuados pela área social do Município – Secretaria de Ação Social ou órgão equivalente.

TABELA 15 – Número de alunos matriculados no CMEI.

MANTENEDORA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rede municipal	08	06	11	05	11	11
Rede particular	0	0	0	0	0	0
TOTAL	08	06	11	05	11	11

Fonte: Sere.

Neste ano de 2015 as matrículas do C.M.E.I. estão assim organizadas:

TABELA 16 – Matrículas do CMEI.

MODALIDADE	FAIXA ETÁRIA	Nº MÉDIO DE ALUNOS/TURMA	TOTAL DE TURMAS	TOTAL DE ALUNOS
Berçário	0	0	0	0
Maternal I	0	0	0	0
Maternal II	0	0	0	0
Maternal III (Jardim de Infância)	3 anos	08	01	08

Fonte: Sere.

TABELA 17 - Evolução das matrículas na pré-escola – 4 e 5 anos

MANTENEDORA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rede municipal	68	60	52	48	58	58
Rede particular	0	0	0	0	0	0
TOTAL	68	60	52	48	58	58

Fonte: Sere.

5.2.2 Diretrizes

Permitir que as crianças participem de um ambiente que atenda às suas necessidades individuais e que facilite seu desenvolvimento físico, social, emocional, moral, espiritual, cognitivo e criativo é um dos objetivos da oferta da educação infantil. Para tanto, as diretrizes norteadoras desta etapa da educação, no Município, estarão voltadas a:

- Assegurar: atendimento à demanda das crianças da pré-escola na zona rural; oferta de material pedagógico adequado à faixa etária; oferta da alimentação escolar de qualidade para a educação infantil com orientação de nutricionista na elaboração de cardápios; oferta do transporte escolar; reestruturação periódica das propostas pedagógicas para a educação infantil; hora atividade de 20% da carga horária do professor da educação infantil e oferta de capacitação continuada específica;
- Desenvolver projetos voltados à realização de passeios e de momentos culturais com as crianças da educação infantil;
- Realizar, anualmente, encontros e palestras para os pais dos alunos da educação infantil;
- No CMEI Mundo Encantado: adotar o atendimento em tempo integral, assegurar o atendimento odontológico e ampliar a oferta do atendimento médico e psicológico para as crianças desta etapa de ensino.

5.3 ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

5.3.1 Diagnóstico - Ensino Fundamental - Anos Iniciais

O Município possui cinco instituições que ofertam o Ensino Fundamental: Escola Municipal Eça De Queirós, Escola Municipal Cecília Meireles, Escola Rural Municipal Getúlio Vargas, Escola Estadual Rui Barbosa e Colégio Estadual São Cristóvão.

TABELA 18 - Evolução das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental.

MANTENEDORA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rede municipal	288	263	251	271	256	229
Rede particular	0	0	0	0	0	0
TOTAL	288	263	251	271	256	229

Fonte: Sere.

TABELA 19 - Número de turmas e alunos do ensino fundamental em 2014.

ANOS	TOTAL DE TURMAS	Nº MÉDIO DE ALUNOS/TURMA	TOTAL DE ALUNOS
1º ano	04	12	48
2º ano	03	12	36
3º ano	04	13,7	55
4º ano	04	10,2	41
5º ano	04	12,2	49

Fonte: Sere.

TABELA 20 - Número de turmas e alunos do ensino fundamental em 2015.

ANOS	TOTAL DE TURMAS	Nº MÉDIO DE ALUNOS/TURMA	TOTAL DE ALUNOS
1º ano	04	10,2	41
2º ano	04	09	36
3º ano	03	12	36
4º ano	04	10,7	43
5º ano	04	12,2	49

Fonte: Sere.

TABELA 21 - Evolução das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental.

MANTENEDORA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rede municipal	288	263	251	271	256	229
Rede particular	0	0	0	0	0	0
TOTAL	288	263	251	271	256	229

Fonte: Sere.

TABELA 22 - Número de turmas e alunos do ensino fundamental em 2014.

ANOS	TOTAL DE TURMAS	Nº MÉDIO DE ALUNOS/TURMA	TOTAL DE ALUNOS
1º ano	04	12	48
2º ano	03	12	36
3º ano	04	13,7	55
4º ano	04	10,2	41
5º ano	04	12,2	49

Fonte: Sere.

TABELA 23 - Número de turmas e alunos do ensino fundamental em 2015.

ANOS	TOTAL DE TURMAS	Nº MÉDIO DE ALUNOS/TURMA	TOTAL DE ALUNOS
1º ano	04	10,2	41
2º ano	04	09	36
3º ano	03	12	36
4º ano	04	10,7	43
5º ano	04	12,2	49

Fonte: Sere.

5.3.1.1 Escola Municipal Eça de Queirós

A Escola Municipal Eça de Queirós, fundada em 1991, localizada na sede do Município, possui prédio próprio, o ensino fundamental (anos iniciais) e classe multifuncional, com turmas no período matutino e vespertino, em regime parcial.

A Escola possui cinco salas de aula, iluminação, insolação e boa visão para o ambiente externo. Quanto ao espaço para recreação apresenta-se irregular, pois não tem infraestrutura adequada.

Há necessidade de espaços como, refeitório, saguão, quadra de esportes e sala para a biblioteca. O prédio também precisa de uma nova pintura.

Devido ao êxodo rural e a diminuição do número de filhos por casais, as matrículas oscilam muito entre um ano e outro, como demonstra os dados da tabela a seguir:

TABELA 24 - Matrículas da Escola Municipal Eça de Queirós, 2010 – 2014.

Turno	2010		2011		2012		2013		2014	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Matutino	46	03	101	06	84	05	81	04	63	04
Vespertino	82	05	53	04	70	04	65	05	74	05
Total	128	08	154	10	154	09	146	09	137	09

Fonte: Dados fornecidos pela instituição de ensino – 2014.

TABELA 25 - Taxas de aprovação, reprovação e evasão da Escola Municipal Eça de Queirós, 2010 – 2014.

Anos	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014(%)

iniciais	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.
1°	25	-	-	26	-	-	23	02	-	16	-	-	21	-	-
2°	33	5	-	36	03	-	30	02	-	30	-	-	19	-	-
3°	38	-	-	31	05	-	29	03	-	30	05	-	28	06	-
4°	26	1	-	36	03	-	31	02	-	33	01	-	28	01	-
5°	29	-	-	26	-	-	35	-	-	32	01	-	31	03	-

Abreviaturas: Ap. – Aprovação; Rep. – Reprovação; Ev. – Evasão.

Fonte: Dados fornecidos pela instituição de ensino – 2014.

TABELA 26 – Identificação da Estrutura da Escola Municipal Eça de Queirós.

IDENTIFICAÇÃO				
Município:	Manfrinópolis			
Escola:	Escola Municipal Eça de Queirós			
Diretor(a):	Claudete Annater	INEP:	41088476	
Endereço:	Rua Seis, s/nº			
CEP:	85.628-000			
Telefone:	(46) 3562 10 01	E-mail:	manfrie@hotmai.com	
Dependência Administrativa:	Federal	Estadual	Municipal	Privada
			X	
Localização:	Urbana		Rural	
	X			
Conveniada c/ Poder Público:	Estadual	Municipal		Federal
		X		
INFRAESTRUTURA				
Prédio:	Estadual		Municipal	
			X	
	SIM		NÃO	
Prédio compartilhado:			X	
Acessibilidade:	X			
Terreno plano:			X	
DEPENDÊNCIAS EXISTENTES NA ESCOLA				
	SIM		NÃO	
Almoxarifado	X			
Alojamento			X	
Área verde	X			
Auditório			X	
Banheiro adequado a alunos c/deficiência ou mobilidade			X	

reduzida			
Banheiro adequado à Educação Infantil			X
Banheiro c/chuveiro			X
Banheiro dentro prédio	X		
Biblioteca			X
Cozinha	X		
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência	X		
Dispensa	X		
Espaço Administrativo	X		
Laboratório de ciências			X
Laboratório informática	X		
Lavanderia			X
Parque infantil			X
Pátio coberto	X		
Pátio descoberto	X		
Quadra de Esporte coberta			X
Quadra de esportes descoberta			X
Rampas de acesso	X		
Refeitório			X
Sala de leitura			X
Sala de recursos multifuncionais AEE	X		
Sala professores	X		
Sala secretaria	X		
Número de salas de aula existentes na escola			06
Número de salas utilizadas como salas de aula			06
	Rede Pública	Poço Artesiano	Cisterna/ Poço
Abastecimento de água:		X	
	Rede Publica	Gerador	Outros
Abastecimento de Energia Elétrica:	X		
	Rede Publica	Fossa	Inexistente
Esgoto Sanitário:		X	
	Coleta perdiódica	Queima	Enterra
			Joga em

				outra área
Destinação do lixo:	X			
	SIM		NÃO	
Salas climatizadas:			X	
Extintores	X			
Acesso à Internet:	X			
Alimentação escolar	X			
Possui supervisão	X			
Possui atendimento Multidisciplinar	X			
Formação continuada	X			
Transporte escolar	X			
Situação do atendimento pedagógico:				
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Supervisão		X		
Atendimento Multidisciplinar		X		
Formação continuada		X		
Situação Jurídico-Financeira da escola:				
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
PPP		X		
APMF		X		
PDE				
PDDE		X		
Mais Educação		X		
RECURSOS HUMANOS				
Total de Professores				15
Total de funcionários administrativos				02
Total de funcionários de serviços gerais				05
Total de funcionários da escola:				22
Nº de alunos matriculados Educação Especial				10
Nº de alunos matriculados Educação Infantil (Pré)				00
Nº de alunos matriculados Ensino Fundamental (1º ao 5º)				150
Nº de alunos matriculados Creche (0 a 3 anos)				00
TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO				
	SIM		NÃO	
Existente	X			
Total de alunos transportados				90

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. 2015.

5.3.1.2 Escola Municipal Cecília Meireles

A Escola Municipal Cecília Meireles, fundada em 1995, localiza-se em São Sebastião da Bela Vista (zona rural), oferecendo a educação infantil (pré-escola), o ensino fundamental (anos iniciais) e classe multisseriada, com turmas no período vespertino, em regime parcial. O prédio é compartilhado com a Escola Estadual Rui Barbosa que possui turmas de 6º a 9º ano do ensino fundamental.

TABELA 27 - Matrículas da Escola Municipal Cecília Meireles, 2010 – 2014.

Turno	2010		2011		2012		2013		2014	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Matutino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vespertino	78	06	50	06	53	06	57	06	55	06
Total	78	06	50	06	53	06	57	06	55	06

Fonte: Dados fornecidos pela instituição de ensino – 2014.

TABELA 28 - Taxas de aprovação, reprovação e evasão da Escola Municipal Cecília Meireles, 2010 – 2014.

Anos iniciais	2010 (%)			2011 (%)			2012 (%)			2013 (%)			2014(%)		
	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.
1º	07	-	-	09	-	-	12	-	-	07	-	-	07	-	-
2º	08	03	-	07	-	-	11	-	-	10	01	-	07	-	-
3º	14	-	-	08	-	-	09	-	-	13	-	-	10	-	-
4º	13	-	-	16	-	-	08	-	-	08	-	-	11	-	-
5º	13	-	-	10	-	-	13	-	-	10	-	-	07	-	-

Abreviaturas: Ap. – Aprovação; Rep. – Reprovação; Ev. – Evasão.

Fonte: Dados fornecidos pela instituição de ensino – 2014.

TABELA 29 - Identificação da Estrutura da Escola Municipal Cecília Meireles.

IDENTIFICAÇÃO	
Município:	Manfrinópolis

Escola:	Escola Municipal Cecília Meireles			
Diretor(a):	Franciele Schauss	INEP:	41088433	
Endereço:	Linha São Sebastião da Bela Vista - Interior			
CEP:	85.628-000			
Telefone:	(46) 3520 87 27	E-mail:		
Dependência Administrativa:	Federal	Estadual	Municipal	Privada
			X	
Localização:	Urbana		Rural	
			X	
Conveniada c/ Poder Público:	Estadual	Municipal		Federal
		X		
INFRAESTRUTURA				
Prédio:	Estadual		Municipal	
			X	
	SIM		NÃO	
Prédio compartilhado:	X			
Acessibilidade:	X			
Terreno plano:	X			
DEPENDÊNCIAS EXISTENTES NA ESCOLA				
	SIM		NÃO	
Almoxarifado	X			
Alojamento			X	
Área verde	X			
Auditório			X	
Banheiro adequado a alunos c/deficiência ou mobilidade reduzida			X	
Banheiro adequado à Educação Infantil			X	
Banheiro c/chuveiro			X	
Banheiro dentro prédio	X			
Biblioteca			X	
Cozinha	X			
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência	X			
Dispensa	X			
Espaço Administrativo	X			
Laboratório de ciências			X	
Laboratório informática	X			

Lavanderia				X
Parque infantil				X
Pátio coberto				X
Pátio descoberto	X			
Quadra de Esporte coberta	X			
Quadra de esportes descoberta				X
Rampas de acesso				X
Refeitório				X
Sala de leitura				X
Sala de recursos multifuncionais AEE	X			
Sala professores	X			
Sala secretaria	X			
Número de salas de aula existentes na escola				05
Número de salas utilizadas como salas de aula				05
	Rede Pública	Poço Artesiano		Cisterna/Poço
Abastecimento de água:	X			
	Rede Publica	Gerador		Outros
Abastecimento de Energia Elétrica:	X			
	Rede Publica	Fossa		Inexistente
Esgoto Sanitário:	X			
	Coleta periódica	Queima	Enterra	Joga em outra área
Destinação do lixo:	X			
	SIM		NÃO	
Salas climatizadas:				X
Extintores	X			
Acesso à Internet:	X			
Alimentação escolar	X			
Possui supervisão	X			
Possui atendimento Multidisciplinar	X			
Formação continuada	X			
Transporte escolar	X			
Situação do atendimento pedagógico:				
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Supervisão		X		

Atendimento Multidisciplinar		X		
Formação continuada		X		
Situação Jurídico-Financeira da escola:				
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
PPP		X		
APMF		X		
PDE				
PDDE		X		
Mais Educação		X		
RECURSOS HUMANOS				
Total de Professores				09
Total de funcionários administrativos				02
Total de funcionários de serviços gerais				03
Total de funcionários da escola:				14
Nº de alunos matriculados Educação Especial				04
Nº de alunos matriculados Educação Infantil (Pré)				09
Nº de alunos matriculados Ensino Fundamental (1º ao 5º)				60
Nº de alunos matriculados Creche (0 a 3 anos)				00
TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO				
	SIM		NÃO	
Existente	X			
Total de alunos transportados				49

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. 2015.

5.3.1.3 Escola Rural Municipal Getúlio Vargas

A Escola Rural Municipal Getúlio Vargas, fundada em 1980, localiza-se na Linha Santa Terezinha (zona rural), possuindo prédio próprio e oferecendo a ensino fundamental (anos iniciais) com turmas no período vespertino, em regime parcial.

TABELA 30 - Matrículas da Escola Rural Municipal Getúlio Vargas, 2010 – 2014

Turno	2010		2011		2012		2013		2014	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Matutino										
Vespertino	59	06	50	06	50	06	42	06	34	06
Total										

Fonte: Sere.

TABELA 31 - Taxas de aprovação, reprovação e evasão da Escola Rural Municipal Getúlio Vargas, 2010 – 2014

Anos iniciais	2010 (%)			2011 (%)			2012 (%)			2013 (%)			2014(%)		
	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.
1°	07	0	0	03	0	0	10	0	0	06	0	0	05	0	0
2°	10	02	0	10	0	0	04	0	0	06	02	0	06	0	0
3°	10	0	0	11	0	0	08	02	0	06	0	0	08	0	0
4°	15	0	0	09	0	0	10	0	0	07	0	0	04	0	0
5°	0	0	0	08	0	0	10	0	0	10	0	0	05	0	0

Abreviaturas: Ap. – Aprovação; Rep. – Reprovação; Ev. – Evasão.

Fonte: Sere.

TABELA 32 - Identificação da Estrutura da Escola Rural Municipal Getúlio Vargas.

IDENTIFICAÇÃO				
Município:	Manfrinópolis			
Escola:	Escola Rural Municipal Getúlio Vargas			
Diretor(a):		INEP:	41088492	
Endereço:	Linha Santa Terezinha - Interior			
CEP:	85.628-000			
Telefone:		E-mail:	manfrie@hotmai.com	
Dependência Administrativa:	Federal	Estadual	Municipal	Privada
			X	
Localização:	Urbana		Rural	
			X	
Conveniada c/ Poder Público:	Estadual	Municipal		Federal
		X		
INFRAESTRUTURA				
Prédio:	Estadual		Municipal	
			X	
	SIM		NÃO	
Prédio compartilhado:			X	
Acessibilidade:	X			
Terreno plano:			X	
DEPENDÊNCIAS EXISTENTES NA ESCOLA				
	SIM		NÃO	
Almoxarifado	X			
Alojamento			X	
Área verde	X			

Auditório			X
Banheiro adequado a alunos c/deficiência ou mobilidade reduzida			X
Banheiro adequado à Educação Infantil			X
Banheiro c/chuveiro			X
Banheiro dentro prédio	X		
Biblioteca			X
Cozinha	X		
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência			X
Dispensa	X		
Espaço Administrativo	X		
Laboratório de ciências			X
Laboratório informática			X
Lavanderia			X
Parque infantil			X
Pátio coberto			X
Pátio descoberto	X		
Quadra de Esporte coberta			X
Quadra de esportes descoberta			X
Rampas de acesso	X		
Refeitório			X
Sala de leitura			X
Sala de recursos multifuncionais AEE			X
Sala professores			X
Sala secretaria	X		
Número de salas de aula existentes na escola			05
Número de salas utilizadas como salas de aula			03
	Rede Pública	Poço Artesiano	Cisterna/ Poço
Abastecimento de água:		X	
	Rede Publica	Gerador	Outros
Abastecimento de Energia Elétrica:	X		

	Rede Publica	Fossa		Inexistente
Esgoto Sanitário:		X		
	Coleta periódica	Queima	Enterra	Joga em outra área
Destinação do lixo:		X	X	
	SIM		NÃO	
Salas climatizadas:			X	
Extintores	X			
Acesso à Internet:	X			
Alimentação escolar	X			
Possui supervisão	X			
Possui atendimento Multidisciplinar	X			
Formação continuada	X			
Transporte escolar	X			
Situação do atendimento pedagógico:				
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Supervisão		X		
Atendimento Multidisciplinar		X		
Formação continuada		X		
Situação Jurídico-Financeira da escola:				
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
PPP		X		
APMF		X		
PDE				
PDDE		X		
Mais Educação		X		
RECURSOS HUMANOS				
Total de Professores				05
Total de funcionários administrativos				01
Total de funcionários de serviços gerais				02
Total de funcionários da escola:				08
Nº de alunos matriculados Educação Especial				00
Nº de alunos matriculados Educação Infantil (Pré)				00
Nº de alunos matriculados Ensino Fundamental (1º ao 5º)				26
Nº de alunos matriculados Creche (0 a 3 anos)				00
TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO				
	SIM		NÃO	
Existente	X			
Total de alunos transportados				22

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. 2015.

Em relação ao IDEB, o Município de Manfrinópolis apresenta os seguintes índices:

TABELA 33 – IDEB Municipal.

2009	2011	2013
5.5	5.9	5.6

Fonte: MEC.

5.4 ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

5.4.1 Diagnóstico - Ensino Fundamental - Anos Finais

TABELA 34 – Evolução das matrículas nos anos finais do ensino fundamental.

MANTENEDORA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rede estadual	231	298	263	243	228	210
Rede particular	-	-	-	-	-	-
TOTAL	231	298	263	243	228	210

Fonte: Sere.

TABELA 35 – Número de turmas e alunos do ensino fundamental em 2014.

ANOS	TOTAL DE TURMAS	Nº MÉDIO DE ALUNOS/TURMA	TOTAL DE ALUNOS
6º ano	03	17	52
7º ano	03	23	69
8º ano	03	20	61
9º ano	03	17	52

Fonte: Sere

TABELA 36 - Número de turmas e alunos do ensino fundamental em 2015.

ANOS	TOTAL DE TURMAS	Nº MÉDIO DE ALUNOS/TURMA	TOTAL DE ALUNOS
6º ano	03	16	50
7º ano	03	17	51
8º ano	03	22	68
9º ano	03	12	38

Fonte: Sere

TABELA 37 - Evolução das matrículas nos anos finais do ensino fundamental.

MANTENEDORA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rede estadual	231	298	263	243	228	210
Rede particular	-	-	-	-	-	-
TOTAL	231	298	263	243	228	210

Fonte: Sere

TABELA 38 - Número de turmas e alunos do ensino fundamental em 2014.

ANOS	TOTAL DE TURMAS	Nº MÉDIO DE ALUNOS/TURMA	TOTAL DE ALUNOS
6º ano	03	17	52
7º ano	03	23	69
8º ano	03	20	61
9º ano	03	17	52

Fonte: Sere

TABELA 39 - Número de turmas e alunos do ensino fundamental em 2015.

ANOS	TOTAL DE TURMAS	Nº MÉDIO DE ALUNOS/TURMA	TOTAL DE ALUNOS
6º ano	03	16	50
7º ano	03	17	51
8º ano	03	22	68
9º ano	03	12	38

Fonte: Sere

Em relação à rede estadual de ensino, responsável dos anos finais do ensino fundamental, o Município apresenta os seguintes índices do IDEB:

TABELA 40 – IDEB Estadual.

2009	2011	2013
4.3	4.2	3.7

Fonte: MEC.

5.4.2 Diretrizes

O ensino fundamental é o período escolar obrigatório e indispensável para o desenvolvimento das crianças e jovens, já que é nessa fase que elas adquirem o domínio da escrita, da leitura, e do cálculo, conhecimento indispensável para a vida em nossa sociedade.

Cabe aos pais ou responsáveis pelo aluno em idade escolar a tarefa

de matriculá-los e fazer com que eles frequentem regularmente as aulas. Por outro lado, é responsabilidade do Estado e dos municípios assegurar, não apenas vagas em número suficiente para todos os alunos, mas também garantir o acesso ao material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde das crianças e jovens em idade escolar.

Portanto, as diretrizes que nortearão o ensino fundamental, no Município, estarão voltadas a:

- Assegurar: a universalização do atendimento de toda a demanda do ensino fundamental com a ampliação do atendimento do ensino de nove anos; a reestruturação periódica das propostas pedagógicas das instituições que atendem o ensino fundamental; parcerias com a área da Saúde e Ação Social; material pedagógico adequado às necessidades do trabalho educacional; o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais; a autonomia administrativa e pedagógica nas escolas da rede municipal; o repasse financeiro mensal às escolas da rede municipal; transporte escolar para as zonas rurais e localidades distantes; merenda escolar de qualidade;
- Estabelecer programas de valorização das APMF's;
- Adotar os padrões mínimos de infra-estrutura para as instituições de ensino, de acordo com as diretrizes fixadas no Plano Nacional de Educação;
- Desenvolver projetos de educação ambiental;
- Ampliar e atualizar o acervo das bibliotecas escolares;
- Prever temas sobre a educação inclusiva nos cursos de capacitação continuada dos profissionais do ensino fundamental.

5.5 ENSINO MÉDIO

5.5.1 Diagnóstico

O ensino médio no Município de Mafrinópolis tem, na rede estadual de ensino, o seguinte número de alunos matriculados:

TABELA 41 - Matrículas do Colégio Estadual São Cristóvão, 2010 – 2014 (POR BLOCO).

Turno	2010	2011	2012	2013	2014
--------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Matutino	146	06	150	06	130	06	148	06	119	06
Vespertino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	146	06	150	06	130	06	148	06	119	06

Fonte: Dados fornecidos pela instituição de ensino – 2014.

TABELA 42 - Taxas de aprovação, reprovação e evasão do Colégio Estadual São Cristóvão, 2010 – 2014

Anos finais	2010 (%)			2011 (%)			2012 (%)			2013 (%)			2014(%)		
	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.	Ap.	Rep.	Ev.
1º	48	-	-	39	11	02	33	03	-	39	11	02	44	01	01
2º	50	-	-	28	03	02	48	01	01	28	03	02	41	-	-
3º	41	-	02	48	-	01	35	-	-	48	-	01	27	-	-

Abreviaturas: Ap. – Aprovação; Rep. – Reprovação; Ev. – Evasão.

Fonte: Dados fornecidos pela instituição de ensino – 2014

TABELA 43 - Recursos humanos do ensino médio regular – 2014.

Função / Cargo	Formação						Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Direção						X	01
Orientação						x	01
Docente (Concurso)							05
Docente (Contrato)							22
Secretário Escolar			X				01
Merendeira			X				01
Serviços Gerais			x				03
Total							34

Siglas: EFI - Ensino Fundamental Incompleto; EF - Ensino Fundamental, EM - Ensino Médio, MG - Magistério, LIC – Licenciatura Plena; ESP – Especialização.

Fonte: Setor administrativo do Colégio Estadual São Cristóvão – 2014.

TABELA 44 - Índices de evasão no ensino médio regular, 2010 – 2014

Série/Ano	2010	2011	2012	2013	2014
1º ano	-	01	-	02	01
2º ano	-	-	01	02	-
3ª ano	02	-	-	01	-

Fonte: Setor administrativo do Colégio Estadual São Cristóvão – 2014.

TABELA 45 - Índices de transferência no ensino médio regular, 2010 – 2014

Série/Ano	2010	2011	2012	2013	2014
1º ano	-	02	01	02	-

2º ano	02	01	02	04	-
3ª ano	02	01	01	01	-

Fonte: Setor administrativo do Colégio Estadual São Cristóvão – 2014.

Considerando que a Emenda Constitucional nº 59/2009 obriga a matrícula até os 17 anos de idade, o número de vagas disponíveis no ensino médio comporta atender todos os jovens até 17 anos de idade.

5.5.2 Diretrizes

O ensino médio definitivamente representa uma das fases mais importantes da educação formal. O que torna essa etapa especial é sua condição de interface entre o aluno adolescente e o jovem cidadão, pleno de projetos, já começando a viver as prerrogativas e as consequências da vida adulta.

O ensino médio é tempo de experiências que serão a base para as futuras escolhas e decisões, é tempo de lançar projetos pessoais, é tempo de responsabilidade.

Isso só faz aumentar a relevância da oferta de uma escola que tenha clareza desse desafio, que possa conjugar harmonicamente informação e desenvolvimento de habilidades e competências, reflexão teórica e produção, preparação para o exercício da cidadania e para a universidade. Em síntese, cabe à escola formar cidadãos informados, dotar os jovens de múltiplos recursos e balizá-los com senso de responsabilidade social para ampliar suas possibilidades de transformação do espaço social, com espírito de autocrítica.

Levando em consideração a importância deste nível de ensino para o desenvolvimento social e econômico do Município, o Poder Público Municipal, por meio deste Plano Municipal de Educação, propõe as seguintes diretrizes para o ensino médio:

- Motivar o ingresso e o sucesso de jovens no ensino médio;
- Desenvolver programas de combate às drogas lícitas e ilícitas, à violência e à prostituição infantil;
- Apoiar o desenvolvimento de programas específicos para a área ambiental;
- Assegurar o transporte escolar;
- Apoiar as atividades do Grêmios Estudantil;

- Incentivar a participação dos docentes nos cursos de capacitação ofertados pelo Órgão Municipal de Educação;
- Incentivar a participação dos alunos do ensino médio nas provas do ENEM.

5.6 ENSINO SUPERIOR

5.6.1 Diagnóstico

Embora não seja responsável pela oferta do Ensino Superior, o Município de Manfrinópolis é disponibilizado à população transporte para faculdades dos municípios vizinhos de Francisco Beltrão, independentemente do tipo da IES que oferta o curso, seja instituição particular ou pública, que oferece cursos de graduação e cursos de pós-graduação *lato sensu* (Especialização). Este transporte é regulamentado através de Lei municipal Lei nº0485 de 08 de março de 2013.

O ensino superior no Município de Manfrinópolis é ofertado o transporte dos estudantes, até o municípios vizinhos de Francisco Beltrão que ofertam ensino superior através da Faculdade, instituição particular e pública que oferece cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* (Especialização) nas mais diversas área do conhecimento.

5.6.2 Diretrizes

O aumento da demanda pela educação superior resulta do ritmo e intensidade das mudanças socioeconômicas que se sucedem seletivamente no território nacional. A qualificação da força de trabalho, o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas, a constante inovação nos processos produtivos, tornam-se elementos constantes que enveredam o funcionamento das atividades produtivas modernas desenvolvidas em determinados subespaços do território brasileiro. Assim, à medida que o conhecimento científico se torna elemento intrínseco à operacionalização da produção local/regional, a dinâmica educacional passa a se caracterizar numa importante variável para o entendimento e o acompanhamento das transformações em curso no país.

Mesmo sendo um Município de pequeno porte, o Poder Público

Municipal não deixará de empenhar-se para dar apoio àqueles que estão em busca desta formação. Assim sendo, estabelece, para este nível de ensino, as seguintes diretrizes:

- Apoio aos projetos sociais e projetos de pesquisa dos acadêmicos;
- Garantia de espaço nas escolas municipais para os acadêmicos desenvolverem seus estágios;
- Oportunidade, aos acadêmicos do Município, a participarem de cursos e/ou palestras oferecidas pelo Órgão Municipal de Educação;
- Incentivo, aos alunos egressos do ensino médio, para que dêem continuidade aos estudos;
- Previsão da instalação de uma extensão universitária, de acordo com a demanda local;
- Oferta de subsídio para o transporte escolar dos acadêmicos.

6 MODALIDADES DE ENSINO

6.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

6.1.1 Diagnóstico

A partir da segunda metade do século passado, diante do alto percentual de analfabetos no Brasil, o que envergonhava o País perante as outras nações que possuíam índice de analfabetismo bem inferior, inclusive em relação aos nossos vizinhos da América do Sul, foram criados vários programas destinados à erradicação do analfabetismo, como a:

Isto não está muito distante. Analisando as estatísticas, conforme quadro abaixo chega-se à conclusão que o número de analfabetos é pequeno na faixa de idade próxima a 14 anos, aumentando gradativamente com avanço da idade.

TABELA 46 – Índices de Analfabetismo.

Unidade da Federação	60 anos ou mais	4 a 49 Anos	30 a 39 anos	25 a 29 anos	20 a 24 anos	15 a 19 anos	15 anos ou mais (média)
Brasil	29,4%	13,3%	10,2%	8,0%	6,7%	5,0%	13,6%
Reg. Sul	19,4%	7,2%	4,3%	3,0%	2,2%	1,5%	7,7%
Paraná	25,3%	9,8%	5,4%	3,4%	2,4%	1,6%	9,5%

Fonte: IBGE - Censo de 2010

A rede municipal de ensino de Manfrinópolis oferece, no período noturno, turmas de educação de jovens e adultos – Fase I, que corresponde ao primeiro segmento do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização, mas ressaltamos que desde o ano de 2009 não tivemos mais turmas, nessa modalidade de ensino.

A rede estadual de ensino de Manfrinópolis oferece, no período noturno, turmas de educação de jovens e adultos – Fase II, que corresponde ao segundo segmento do ensino fundamental, mas ressaltamos que nunca tivemos aulas diretamente na rede estadual de ensino de Manfrinópolis apenas cedíamos o espaço físico, para os professores que vinham de municípios vizinhos.

6.1.2 Diretrizes

O Município, por meio do Órgão Municipal de Educação, estabelece políticas públicas, voltadas à educação de jovens e adultos, para àqueles que não tiveram a oportunidade de dar continuidade à elevação de seu grau de escolaridade. Para tanto, as diretrizes que nortearão esta modalidade de ensino, prevêm:

- A realização de um levantamento da população analfabeta do Município para a implementação de políticas de erradicação do analfabetismo;
- A garantia de estratégias para assegurar a permanência dos alunos nos programas da EJA;
- Capacitação continuada aos educadores da EJA;
- A oferta de palestras e a participação dos alunos da EJA em eventos culturais do Município;
- O encaminhamento de alunos da EJA aos programas de atendimento oftalmológico e de saúde;
- O acesso, aos alunos da EJA, aos equipamentos de informática e biblioteca;
- A oferta de merenda escolar aos alunos da educação de jovens e adultos.

6.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL

6.2.1 Diagnóstico

Uma política explícita e vigorosa de acesso à educação, de responsabilidade da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, é uma condição para que às pessoas com necessidades educacionais especiais sejam assegurados seus direitos à educação.

A evolução das ações da educação especial nos últimos anos, também pode ser observada no crescimento do número de municípios que possuem alunos matriculados com necessidades educacionais especiais.

TABELA 47 – Evolução da Educação Especial

2008	2.738 municípios	47,7%	-----
2012	4.953 municípios	89%	Aumento de 81%

A matrícula por etapa e modalidade de ensino apresentou, em 2013, o seguinte quadro:

TABELA 48 – Matrícula por etapa e modalidade.

ETAPA OU MODALIDADE DE ENSINO	ALUNOS MATRICULADOS	PERCENTUAL
Educação Infantil	171	3%
Ensino Fundamental	1.418	60%
Ensino Médio	726	30%
Educação de Jovens e Adultos	140	7%
Educação Profissional (Básico)	-	-
Educação Profissional (Técnico)	-	-
TOTAL	2.455	100%

Em relação apenas aos alunos com necessidades educacionais especiais que estão incluídos na rede regular de ensino no ano de 2011, o número de matrículas no Brasil, apresenta o seguinte quadro:

TABELA 49 – Matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino no Brasil.

TIPO DE MANTENEDORA	Nº DE MATRÍCULAS
Rede federal de ensino	----
Rede estadual de ensino	24.673
Rede municipal de ensino	37.687
Rede particular de ensino	130.798
TOTAL	193.882

Fonte: SEED/SUEDE/CENSO ESCOLAR 2011

No Estado do Paraná, o número de matrículas de alunos com necessidades especiais, matriculados e incluídos na rede regular de ensino, no ano de 2011, apresenta o seguinte quadro:

TABELA 50 - Matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na

rede regular de ensino no Estado.

TIPO DE MANTENEDORA	Nº DE MATRÍCULAS
Rede federal de ensino	----
Rede estadual de ensino	6.903
Rede municipal de ensino	9.327
Rede particular de ensino	1.922
TOTAL	18.222

Fonte: SEED/SUEDE/CENSO ESCOLAR 2011 - MEC/INEP

Como se pode notar, pelos quadros expostos, são os municípios os principais responsáveis pelo atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Diante desta política, a educação especial no Município de Manfrinópolis apresenta:

TABELA 51 - Matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na rede municipal de ensino.

Ano	Escola M. Eça de Queirós	Escola M. Cecília Meireles	Total
2009	06	-	06
2010	09	07	16
2011	08	05	13

Fonte: Sere.

6.2.2 Diretrizes

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trata, especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial. Define-a por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, ela perpassa todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior. Algumas escolas dedicam-se apenas a um tipo de necessidade, enquanto que outras se dedicam a vários. O ensino especial tem sido alvo de críticas, por não promover o convívio entre as crianças especiais e as demais crianças. Por outro lado, a escola direcionada para a educação especial, procura cumprir o seu papel, e para o atendimento necessário conta com materiais, equipamentos e professores especializados. Quanto à inclusão, o sistema regular de ensino precisa ser adaptado

e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva.

Assim sendo, as políticas de atendimento, no Município, para esta modalidade de ensino, serão norteadas pelas seguintes diretrizes:

- Garantia da parceria com outros municípios que oferecem atendimento em Escola Especializada – APAE;
- Organização de cursos profissionalizantes e programas, destinados a estimular o aluno com necessidades especiais a valorizar o seu trabalho;
- Fornecimento de materiais específicos para o trabalho pedagógico e uso de equipamentos de informática pelo educando com necessidades especiais;
- Implementação de novos projetos para a área da educação especial;
- Atendimento médico, odontológico, fonoaudiólogo e psicológico aos alunos com necessidades especiais;
- Aplicação de testes de acuidade visual e auditiva nos alunos da rede municipal de ensino;
- Oferta de salas de recursos e classes especiais, com profissional habilitado na área de educação especial.

7 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

7.1 DIAGNÓSTICO

7.1.1 Funções de Magistério

Quanto às condições de carreira e remuneração, o Município de Manfrinópolis reformulou o plano de carreira anterior no ano de 2012 e aprovou através da Lei nº64/12 nº04, um novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal. Neste, a estruturação da carreira do magistério compreende o cargo de Professor, que desenvolve atividades docentes e de suporte pedagógico no ensino fundamental e educação infantil.

Quadro demonstrativo de profissionais do magistério nos anos iniciais do ensino fundamental, com habilitação para o magistério, sua função e formação:

TABELA 52 – Profissionais do Magistério nos anos iniciais.

FUNÇÃO	QUANT.	FORMAÇÃO NÍVEL MÉDIO	FORMAÇÃO GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Professor regente	36	36	34	33
Professor auxiliar	0	0	0	0
Coordenador Pedagógico	02	02	02	02
Diretor	03	03	03	03
Vice-Diretor	0	0	0	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. 2015.

Quadro demonstrativo de profissionais do magistério na educação infantil, com habilitação para o magistério, sua função e formação:

TABELA 53 – Profissionais da Educação Infantil.

FUNÇÃO	QUANT.	FORMAÇÃO NÍVEL MÉDIO	FORMAÇÃO GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Docente	07	07	07	07
Coordenador da escola	0	0	0	0
Coordenador	01	01	01	01

Pedagógico				
Diretor	01	01	01	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. 2015.

Quadro demonstrativo de profissionais do magistério, por função:

FUNÇÃO	NÚMERO
Com função docente	36
Com função de docente auxiliar	0
Com função de supervisão escolar ou coordenação, atuando nas escolas	01
Com função de Orientação Educacional	0
Com função de Direção	03
Com função de Vice-Direção	0
Com função de Secretária Escolar	02
Com função de suporte pedagógico exercendo atividades na Secretaria da Educação	01
À disposição de outros órgãos, em atividades estranhas ao magistério	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. 2015.

O Município mantém, também, o número médio de 02 estagiárias que estão cursando o magistério em nível médio ou o curso de Pedagogia, que atuam na função de auxiliares de docência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental conforme quadro demonstrativo abaixo:

Possuem apenas o curso médio em magistério	0
Possuem curso de Estudos Adicionais em Deficiência Mental	0
Possuem curso de Pedagogia	02
Possuem curso de Estudos Adicionais + Pedagogia	0
Possuem curso de Estudos Adicionais+ Letras	0
Estão cursando pós-graduação em Educação Especial	0
Possuem curso de pós-graduação em Educação Especial	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. 2015.

7.1.2 Funções de Apoio Escolar

Em relação à formação dos profissionais de apoio escolar que atuam principalmente na educação infantil, mas também no ensino fundamental, o Município de Manfrinópolis apresenta o seguinte quadro:

Quadro demonstrativo de profissionais de apoio em atividades na educação infantil:

FUNÇÃO	QUANTIDADE	FORMAÇÃO
Lactarista	0	

Serviços de Limpeza	01	Ensino Médio
Merendeira	01	Ensino Fundamental
Auxiliar de Creche	0	
Atendente	0	
Vigia	0	
Motorista	12	Ens. Fundamental e Médio.
Psicóloga	01	Ens. Superior e Pós.
Nutricionista	01	Ens. Superior e Pós.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. 2015.

Quadro demonstrativo de profissionais de apoio em atividades nos anos iniciais do ensino fundamental:

FUNÇÃO	QUANTIDADE	FORMAÇÃO
Serviços de limpeza	06	Ens. Fundamental e Médio
Inspetor de alunos	0	
Merendeira	03	Ens. Fundamental e Médio
Apoio educacional	0	
Motorista	12	Ens. Fundamental e Médio
Psicóloga	01	Ens. Superior e Pós.
Nutricionista	01	Ens. Superior e Pós.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. 2015.

Obs. Os motoristas, psicóloga e nutricionista da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais, são os mesmos.

7.1.3 Diretrizes

Não se pode pensar em educação de qualidade sem antes reconhecer a necessidade de valorizar os profissionais do magistério. Uma classe indispensável para o sucesso de qualquer política educacional conseqüente e responsável. Valorizar o professor significa pagar salários dignos e dar condições adequadas para que exerça seu mister. Portanto, o Município prevê, como diretrizes para esta valorização:

- Reformulação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;
- Remuneração dos profissionais da educação, de acordo com os níveis de formação;
- Concessão da licença especial remunerada de três meses a cada cinco anos e licença sem vencimentos;
- Oferta de, no mínimo, 40 horas anuais de programas de capacitação continuada a todos os profissionais da educação da rede municipal de ensino com temas

que envolvam o ensino de nove anos e a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais;

- Participação efetiva dos profissionais da educação na elaboração, avaliação e reformulação dos projetos pedagógicos das unidades escolares;
- Disponibilidade de recursos didáticos, em conformidade com o projeto pedagógico das unidades escolares.

8 A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

8.1 A ESCOLHA DO DIRETOR DA ESCOLA

Conforme dispõe o inciso X do art. 5º da Resolução do Conselho Nacional de Educação e a meta 19 do PNE, a forma de escolha e designação para o exercício do cargo ou função do Diretor das unidades escolares, deve ser regulamentada por lei específica, preferencialmente com a participação da comunidade escolar.

8.2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

a) O Conselho Escolar

Como prescrito no art. 14, inciso II, da LDB, um dos princípios basilares da gestão democrática do ensino público é a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

b) Associação de Pais e Mestres (APMF)

Este órgão, composto de professores, pais e funcionários (APMF), tinha e têm como função precípua a movimentação dos recursos financeiros repassados à escola, por meio deste órgão. Para o MEC/FNDE, é a Unidade Executora da instituição de ensino.

c) Desvantagens da coexistência dos dois órgãos

Os Estados e Municípios que criaram a APMF e que depois criaram também o Conselho Escolar, geralmente mantêm os dois órgãos: A APM ou APMF constituída como pessoa jurídica de direito privado, com o objetivo de ser a Unidade Executora da instituição de ensino para movimentação dos recursos repassados e o Conselho Escolar, organizado por Regimento.

9 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA REDE OU SISTEMA DE ENSINO

É importante diferenciar a gestão democrática e a organização dos órgãos em relação aos municípios que já implantaram o seu sistema de ensino e os que continuam vinculados ao sistema estadual.

a) O Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação deve ser criado por lei, que definirá seus objetivos, composição e duração de mandato de seus membros. O Regimento, aprovado pelo órgão, definirá as demais condições de funcionamento.

9.1 DIRETRIZES

Em se tratando de gestão democrática do ensino público, no caso especial, do ensino público municipal, a questão deve ser tratada sob três dimensões:

- A forma de designação, o acompanhamento de seu trabalho e os programas de capacitação para os diretores e coordenadores das unidades escolares;
- A organização e o funcionamento do órgão ou dos órgãos colegiados que participam da administração da escola, juntamente com a direção;
- Os órgãos colegiados de acompanhamento, proposições de políticas públicas, análise e pareceres sobre as decisões administrativas e pedagógicas da rede municipal de ensino ou do sistema municipal de ensino.

10 FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Para elaboração do Plano Municipal de Educação é preciso levantar a receita dos recursos vinculados à educação mais as do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e agora do FUNDEB e dimensionar seus recursos atuais e potenciais para a educação. O quadro abaixo demonstra o volume de recursos aplicados na educação nos últimos anos em relação aos recursos vinculados, em atendimento ao disposto no art. 212 da CF/88:

	VALORES APLICADOS	% SOBRE A RECEITA	% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
2008	1.856.812,50	30,60%	19,45%
2009	2.060.865,11	32,43%	10,99%
2010	2.326.321,34	33,43%	12,88%
2011	2.564.473,35	30,72%	10,24%
2012	2.522.679,44	29,26%	-1,63%
2013	3.866.747,26	41,31%	53,27%
2014	3.123.520,94	30,15%	-19,22%

Fonte: Balanços financeiros anuais do Município.

O quadro abaixo demonstra os valores recebidos pelo Município através do repasse do FUNDEB:

ANO	VALORES RECEBIDOS	% DE AUMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
2008	580.007,06	31,78%
2009	670.957,85	15,68%
2010	695.615,39	3,67%
2011	717.985,74	3,22%
2012	638.808,74	-11,03%
2013	877.610,64	37,38%
2014	906.691,94	3,31%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional -2014.

Além dos recursos do FUNDEB e demais impostos em atendimento ao art. 212 da CF/88, o Município passou a receber, a partir do ano de 2001, a sua cota-parte relativa ao salário-educação, conforme valores demonstrados no quadro abaixo:

ANO	VALORES RECEBIDOS	% DE AUMENTO EM RELAÇÃO AO ANO
------------	--------------------------	---------------------------------------

		ANTERIOR
2008	67.036,81	116,99%
2009	60.758,37	-9,37%
2010	63.990,87	5,32%
2011	68.585,24	7,18%
2012	64.867,52	-5,42%
2013	68.602,17	5,76%
2014	85.321,81	24,37%

Fonte: MEC/FNDE

Além dos recursos do FUNDEB e do salário-educação, o Município de Manfrinópolis recebeu também, no ano de 2014, repasses de programas específicos coordenados pelo FNDE/MEC, mediante transferências automáticas:

PROGRAMA	VALOR
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	18.504,00
Programa Nacional de Alimentação das Creches (PNAC)	5.280,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	55.507,38
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	10.800,00
Programa da Educação de Jovens e Adultos (PEJA)	0,00
Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE/ESTADO)	

10.1 DIRETRIZES

As diretrizes básicas para o financiamento da educação consistem, em primeiro lugar, na vinculação constitucional de recursos à manutenção e desenvolvimento de ensino. Somente a garantia de recursos e seu fluxo regular permitem o planejamento educacional.

Quanto à distribuição e gestão dos recursos financeiros, constitui-se diretriz da maior importância, a transparência. Assim sendo, devem ser fortalecidas as instâncias de controle interno e externo, órgãos de gestão nos sistemas de ensino como os conselhos de educação e os órgãos de controle social, como os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

O financiamento e a gestão do ensino público exige transparência e planejamento, quando se trata dos recursos e projetos para a educação. Desta forma, todas as ações previstas para este setor, terão como base as seguintes diretrizes:

- Garantia do cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- Garantia de recursos para a manutenção da infra-estrutura básica dos estabelecimentos de ensino da rede municipal;
- Previsão de recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas constante neste Plano Municipal de Educação;
- Garantia da autonomia do Órgão Municipal de Educação na gestão dos recursos vinculados à educação;
- Instituição do Conselho Municipal de Educação;
- Dinamização das APMF's;
- Publicação da prestação de contas dos recursos, vinculados à Educação do Município;
- Realização de campanhas educativas sobre a importância do pagamento dos impostos;
- Gestão democrática do ensino público na rede municipal, com a participação da comunidade escolar;
- Ampliação da autonomia administrativa e pedagógica das escolas;
- Oferta de cursos de capacitação aos Conselhos Municipais instituídos;
- Oferta de merenda escolar de qualidade;
- Investimento nas bibliotecas das escolas municipais com literatura adequada;
- Promoção de palestras aos pais dos alunos da rede pública municipal;
- Desenvolvimento de projetos de estímulo à leitura;
- Oferta de transporte escolar a todos os alunos, residentes em comunidades distantes da sede do Município.

META E ESTRATÉGIAS

META NACIONAL 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Ofertar educação infantil de forma a atender, a 50% da população de até 3 anos de idade, durante a vigência deste plano;
2. Universalizar o atendimento da população de 4 e 5 até o ano de 2016;
3. Adotar, em até 5 (cinco) anos, o atendimento em tempo integral no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado, na faixa etária de 03 (três) a 5 (cinco) anos;
4. Readequar e ampliar, em até quatro (04) anos, o espaço físico do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado, seguindo as diretrizes do Conselho Estadual de Educação e do Plano Nacional de Educação, a fim de proporcionar a segurança e o desenvolvimento integral de todas as crianças, incluindo a construção de duas salas de aula;
5. Garantir o atendimento às crianças da educação infantil com necessidades especiais, na rede regular de ensino, com profissionais especializados e infra-estrutura adequada, num prazo de um (01) ano;
6. Assegurar para as instituições municipais de educação infantil, material pedagógico adequado à faixa etária das crianças atendidas e as necessidades do trabalho educacional desenvolvido pelos profissionais da educação;
7. Desenvolver projeto visando à realização de passeios e momentos culturais para as crianças da educação infantil, da rede municipal de ensino, num prazo de 2 (dois) anos;
8. Adotar o atendimento odontológico para as crianças do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde;
9. Garantir o atendimento prioritário médico e psicológico para as crianças que freqüentam o Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde;
10. Assegurar a oferta de alimentação escolar de qualidade para as crianças, atendidas na educação infantil, da rede municipal de ensino;
11. Assegurar a orientação de nutricionista na elaboração de cardápios adequados à faixa etária das crianças de educação infantil, da rede

municipal de ensino;

12. Assegurar que as funções de direção e coordenação pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado, sejam exercidas por profissionais do quadro do magistério;

13. Assegurar a reestruturação periódica da proposta pedagógica da instituição de educação infantil, da rede municipal de ensino, de forma que possam atender as necessidades desta etapa de ensino, contando com a participação efetiva dos profissionais da educação; de acordo com a necessidade da instituição;

14. Garantir a oferta de capacitação continuada específica aos profissionais municipais de educação infantil, com temas específicos para os desafios desta modalidade de ensino, ouvindo a comunidade escolar;

15. Assegurar a oferta anual de palestras para os pais das crianças matriculadas nas instituições municipais de educação infantil;

16. Desenvolver projeto em parceria com órgãos federais e estaduais visando a construção de uma nova unidade de educação infantil, em parceria com os demais entes federados (estado ou união), até o final da vigência deste plano.

META NACIONAL 2- Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6(seis) a 14(quatorze) anos, e garantir que pelo menos 95%(noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa de ensino recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Garantir a oferta do ensino fundamental nas séries iniciais para toda a população, nos cinco primeiros anos, promovendo ações articuladas com as políticas públicas, buscando aprimorar os padrões mínimos de qualidade, com recursos pedagógicos adequados ao processo de ensino aprendizagem, equipamentos de tecnologia avançados, saúde e assistência social, atendimento psicológico, atividades esportivas e culturais e profissionais com formação adequada garantida em legislação própria (LDB, Lei nº 9394/96);

2. Assegurar o acompanhamento individualizado aos alunos com

necessidades especiais dos (as) alunos (as) do ensino fundamental nas séries iniciais;

3. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

4. Ampliar e fortalecer as políticas intersetoriais de saúde, meio ambiente, cultura e outras, para que, de forma articulada, assegurem direitos e serviços de apoio e orientação à comunidade escolar;

5. Estabelecer PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA dos professores da RME, que contemple temas que atendam a necessidade da comunidade escolar e de dificuldade de aprendizagem dos educandos, até o final do primeiro ano de vigência deste plano;

6. Renovar e ampliar a aquisição de veículos escolares apropriados para o transporte dos alunos, nas áreas urbanas e de campo, a partir de assistência financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC, atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito DETRAN, durante a vigência deste plano;

7. Assegurar recursos necessários para mobiliar adequadamente os espaços físicos das escolas que atendem os alunos de 6 (seis) anos e aqueles com dificuldades de locomoção;

8. Implantar projetos educativos que fortaleçam a relação família/escola/escola, visando à melhoria do ensino e aprendizagem, num prazo de 2 (dois) anos;

9. Garantir a aquisição de tecnologias da informação para as escolas, com suporte técnico, estimulando o uso como ferramentas pedagógicas, de forma inovadora, no processo ensino e aprendizagem, no prazo de dois (02) anos;

10. Estimular práticas pedagógicas no sistema de ensino com a utilização de recursos didático-pedagógicos que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos;

11. Definir Diretrizes Municipais para a política de formação continuada na modalidade de Educação Especial para professores e demais profissionais da educação do Ensino Fundamental;

12. Assegurar a orientação de nutricionista na elaboração de cardápios adequados à faixa etária das crianças do ensino fundamental séries

iniciais da rede municipal de ensino;

13. Readequar e ampliar, até o final da vigência deste plano, o espaço físico das Escolas Municipais, a fim de proporcionar a segurança e o desenvolvimento integral de todas as crianças, incluindo a construção de salas de aula, laboratório de informática e biblioteca.

META NACIONAL 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Orientar a população sobre a obrigatoriedade da matrícula até a idade de 17 anos, conforme determinado pela Emenda Constitucional nº 59/2009, a partir do ano letivo de 2016;

2. Divulgar amplamente a data da matrícula no ensino médio junto à comunidade local, por meio da imprensa falada, escrita e televisiva;

3. Articular a busca ativa dos estudantes junto à todos os órgãos e entidades municipais que trabalham com adolescentes, com objetivo de resgatar os alunos que estão fora do espaço escolar.

META NACIONAL 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Assegurar o atendimento escolar inclusivo em toda rede municipal de ensino;
2. Orientar a população sobre prevenção de deficiências (causas pré, peri e pós-natais) através de campanhas contínuas e permanentes a serem desencadeadas na mídia pelo Governo Municipal, envolvendo todas as secretarias, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde;
3. Fazer divulgação da vacina gratuita, às jovens e mulheres, visando a prevenção de deficiências, estabelecendo parcerias interinstitucionais, paraestatais e privadas, em campanhas de prevenção de deficiências, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde;
4. Garantir, a partir da vigência desse plano, o atendimento aos alunos com necessidades especiais, inclusos na rede municipal de ensino, em parceria com outros municípios que possuem instituições especializadas, oferecendo nestes casos, transporte escolar;
5. Organizar e ofertar, a partir da vigência desse plano, em parceria com a Secretaria de Ação Social, cursos profissionalizantes e programas destinados a estimular o aluno com necessidades especiais a valorizar seu trabalho;
6. Assegurar, a partir da vigência desse plano, em parceria com a área da saúde o atendimento médico, odontológico, fonoaudiólogo e psicológico aos alunos com necessidades educacionais especiais, inclusos na rede municipal de ensino;
7. Assegurar, a partir da vigência desse plano, materiais específicos para o trabalho pedagógico realizado com os alunos com necessidades educacionais especiais, inclusos na rede municipal de ensino;
8. Assegurar, a partir da vigência desse plano, atendimento em salas de recursos multifuncionais, na rede municipal de ensino, com profissional habilitado na área de educação especial;
9. Garantir um plano de Formação Continuada para todos os professores e funcionários das escolas, tanto do ensino regular quanto da educação especial visando a educação inclusiva a partir de 2016, extensivo durante toda vigência deste plano com recursos e parcerias das esferas: municipal, estadual e federal;

10. Criar até o final da vigência deste plano, programas complementares e suplementares que promovam a acessibilidade em todas as instituições de ensino da rede municipal, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, de acordo com as Normas TÉCNICAS Brasileiras de Acessibilidade (ABNT/NBR – 9050/2004), da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação, com recursos das esferas: municipal, estadual e federal, através de avaliação no contexto escolar realizado por equipe profissional especializada;

12. Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

12. Promover programas destinados à oferta da atenção inicial para crianças com necessidades educacionais especiais e/ ou crianças com deficiência em parceria com áreas da saúde, considerando equipe mínima de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, psiquiatria, neurologia e assistência social, durante a vigência deste plano;

META NACIONAL 5 – Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Atender os alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental com objetivo de, ao final deste ciclo, todos eles estejam alfabetizados.

2. Aplicar métodos pedagógicos que visem à melhoria do processo de alfabetização.

3. Garantir no âmbito municipal infraestrutura e política de recurso e materiais que viabilizem o apoio necessário para a alfabetização de todos os estudantes até o terceiro ano do EF.

4. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, almejando a alfabetização de todas as crianças.

5. Instituir instrumentos de avaliação periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

6. Assegurar diversidade de métodos e propostas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino, devendo ser disponibilizadas, como recursos educacionais abertos e favoreçam a melhoria do fluxo escolar.

7. Estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização.

META NACIONAL 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25%(vinte e cinco por cento) da educação básica.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Oferecer a educação infantil, de três a cinco anos, em tempo integral, para todos os alunos, até o final do quinto ano da aprovação deste plano.

2. Implantar até o final da vigência deste plano, ensino fundamental em período integral, com no mínimo 7 horas diárias, em 50% das escolas; em 100% das escolas de ensino fundamental até o final do ano de 2023.

3. Organizar projeto pedagógico integrado com a base comum nacional e as atividades complementares, objetivando a implantação efetiva da

educação em tempo integral.

4. Contratar professores com formação equivalente ao grau de complexidade, preferencialmente por meio de concurso, para o atendimento da educação em tempo integral, de acordo com a demanda.

META NACIONAL 7- Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Programar e desenvolver ações atividades pedagógicas, como salas de apoio e contra turno para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, que apresentem rendimento em desacordo com o que se espera para sua faixa etária/série, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e do processo ensino/aprendizagem.

2. Realizar reuniões periódicas entre a equipe pedagógica da rede municipal e da rede estadual de ensino para ações conjuntas visando a melhoria da qualidade de ensino.

3. Estabelecer juntamente com a Secretaria Municipal de Educação metas de qualidade, através de avaliações para os alunos do 5º ano, como forma de eliminar lacunas de conhecimento para os anos seguintes.

4. Apoiar programas e aprofundar ações de atendimento aos estudantes em todas as etapas da educação básica, com programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

5. Aderir e acompanhar a implantação das diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

6. Desenvolver processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de

planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7. Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, até o final deste plano, nas escolas da rede pública municipal, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

META NACIONAL 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Promover incentivos para elevar a escolaridade da população de 18 a 24 anos, atendendo toda a população do campo, os de menor nível de escolaridade e igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

2. Promover ações junto às instituições de Ação Social e Conselho Tutelar e entidades municipais objetivando o incentivo ao retorno à escola.

3. Desenvolver parcerias em programas de combate às drogas lícitas e ilícitas, à violência e à prostituição infantil.

4. Apoiar, a partir da vigência deste Plano, as atividades, desenvolvidas pelo Grêmio Estudantil da rede estadual, visando a integração social e cultural das unidades escolares e o exercício da cidadania.

META NACIONAL 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Desenvolver incentivos, a partir da aprovação deste Plano Municipal de Educação, programas visando alfabetizar 90% dos jovens e adultos residentes no município em 5 anos e, até o final da década, eliminar o analfabetismo no Município;

2. Estimular, através de parcerias, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente aos cinco primeiros anos do ensino fundamental, para 90% da população de 15 anos ou mais, que não tenha atingido este nível de escolaridade;

3. Desenvolver, juntamente com a União as políticas de erradicação do analfabetismo, por meio da oferta de programas de alfabetização a todos os interessados que não tiveram acesso à educação na idade própria ou não concluíram o Ensino Fundamental;

4. Apoiar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e parcerias com organizações e sociedade civil.

5. Incentivar, a participação dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em eventos culturais desenvolvidos no Município, de modo a propiciar, a esta clientela, a integração social.

6. Auxiliar no fornecimento de merenda escolar adequada para o horário de atendimento dos alunos da EJA.

META NACIONAL 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamentais e médios, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Apoiar as iniciativas da rede estadual de ensino na manutenção de programas de educação de jovens e adultos para a conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, com o objetivo de estimular a

conclusão da educação básica.

2. Realizar um trabalho de conscientização dos empresários do Município para que facilitem a participação de seus empregados em cursos profissionalizantes integrados à educação de jovens e adultos.

3. Trabalhar junto ao empresariado local no sentido de que ofereçam condições e locais para o desenvolvimento dos estágios curriculares da educação profissional.

4. Incentivar a implantação do Programa PROEJA integrado a educação profissional, garantindo o acesso aos trabalhadores e pessoas que não tiveram alfabetização em idade escolar.

5. Estimular a diversificação curricular e a prática profissional articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características do público alvo.

6. Aperfeiçoar estratégias de avaliação e recuperação de aprendizagem pautadas numa perspectiva diagnóstica, formativa e qualitativa, rompendo com modelos classificatórios e tradicionais.

META NACIONAL 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Realizar pesquisa junto com os estudantes e as empresas locais com o objetivo de levantar as necessidades do setor produtivo em relação à formação profissional de nível médio.

2. Trabalhar junto ao Ministério de Educação e o Sistema “S” para a implantação do PRONATEC no Município, com cursos de interesse da comunidade e do empresariado local.

3. Incentivar o acesso e a permanência com igualdade de condições para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades ou superdotação;

4. Apoiar a integração curricular da área técnica profissional com a base curricular comum, promovendo uma formação geral, cultural, científica, técnica e humana, por meio de projetos e de inovações nas práticas pedagógicas;

5. Discutir coletivamente uma proposta pedagógica democrática e participativa em consonância com as necessidades e potencialidades da comunidade local e regional visando promover o seu desenvolvimento;

META NACIONAL 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

1. Trabalhar junto ao Ministério de Educação para a implantação de um polo presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no Município, com cursos de interesse da comunidade e do empresariado local.

2. Manter o subsídio de transporte escolar para os alunos do município que frequentam o Ensino Superior em outros municípios da região na forma da Lei.

META NACIONAL 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Possibilitar o uso de instalações e equipamentos da rede municipal e das demais secretarias municipais para a aplicação dos instrumentos de avaliação do ensino superior.

2. Dar condições para que os profissionais do magistério e demais profissionais matriculados em cursos superiores participem dos instrumentos de avaliação organizados pelas instituições de ensino superior.

3. Realizar uma pesquisa entre os profissionais da educação graduados em Pedagogia da rede municipal e da rede estadual de ensino objetivando obter informações sobre as necessidades e os aperfeiçoamentos que devem ser aplicados neste curso em relação à educação básica.

META NACIONAL 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Reformular no plano de carreira do magistério a promoção por titulação aos que concluírem o curso de Mestrado e Doutorado em educação.

2. Incentivar a participação em cursos dos profissionais do magistério para participação em curso de Mestrado e Doutorado.

META NACIONAL 15: *Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do [art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.*

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Criar mecanismos para levantamento das necessidades de formação inicial e continuada dos profissionais da educação atualizando os dados anualmente, e desenvolvendo ações para qualificação dos profissionais, a partir da aprovação do plano;

2. Incentivar os profissionais da educação da rede municipal de ensino para a formação no uso de novas tecnologias, possibilitando a sua utilização na implementação do planejamento e execução das atividades, a partir da aprovação do plano;

3. Reorganizar as políticas municipais de formação de docentes da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias e instituições formadoras, até o terceiro ano de vigência do Plano;

4. Implementar programas especiais de incentivo para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.

META NACIONAL 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Incentivar os professores do ensino fundamental terão formação mínima em nível de graduação plena e pós-graduação.

2. Desenvolver ações visando a celebração de convênios com as instituições públicas de nível superior para a oferta de cursos de especialização voltados para a formação de pessoal para as áreas de ensino, em particular, para a educação especial, a gestão escolar, a formação de jovens e adultos e a educação infantil.

3. Oferecer materiais e espaço físico adequado para garantir a atuação dos profissionais do magistério, no campos da educação especial/inclusiva

em sala de recursos multifuncional e professor de apoio pedagógico a partir da aprovação e vigência do plano;

4. Desenvolver ações visando a celebração de convênios com as instituições públicas de nível superior para a oferta de cursos de formação continuada e de Especialização para os profissionais da Educação Básica de forma articulada às políticas nacionais formação;

5. Ampliar e fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro, aquisição de acervo bibliográfico da biblioteca do professor.

META NACIONAL 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Assegurar que o percentual de evolução do piso salarial nacional profissional do magistério seja aplicado anualmente, como critério de reajuste dos professores da RME;

2. Assegurar os benefícios concedidos no atual Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público, para os profissionais que estão em atividade no caso de reformulação;

3. Assegurar à hora atividade de acordo com a LDB, destinando cerca de 33% da carga horária dos professores para preparação de aulas, avaliações, reuniões pedagógicas e participação em curso de aperfeiçoamento.

META NACIONAL 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso

salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do [inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal](#).

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Assegurar o plano de carreira dos profissionais do magistério, possibilitando avanços na execução do plano e melhores condições de trabalho dos profissionais.

2. Assegurar no plano de carreira do magistério o incentivo e condições de participar de cursos de aperfeiçoamento e atualização, determinando a obrigatoriedade, por parte da administração municipal, de estabelecer um plano anual de capacitação docente.

3. Reformular no plano de carreira a progressão por qualificação profissional e especializações em geral.

META NACIONAL 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Elaborar ou atualizar a legislação municipal sobre a forma de nomeação de diretores e coordenadores pedagógicos das unidades escolares;

2. Assegurar que a indicação do Secretário Municipal de Educação seja preferencialmente um profissional efetivo do quadro do magistério do município;

3. Atualizar nas escolas que já possuem e implantar nas escolas que não possuem órgãos colegiados implementados na escola, em especial o Conselho Escolar;

4. Fortalecer o Conselho Municipal de Educação como órgão de acompanhamento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, sendo

responsável pela fiscalização e execução do PME;

5. Apoiar, mecanismos que zelem pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;

6. Fortalecer o Conselho Municipal de Educação como órgão de apoio, acompanhamento, orientações e fiscalização as instituições escolares bem como de acompanhamento da execução do PME, promovendo encontros de análise do cumprimento das estratégias aqui previstas no 1º ano de vigência;

7. Garantir, a partir da vigência deste Plano, com a participação da comunidade e do Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas na área da educação, instituindo medidas para dar continuidade às ações efetivas e eficazes já realizadas.

META NACIONAL 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1. Assegurar mecanismos de fiscalização e controle que assegure o rigoroso cumprimento do art.212 da CF em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

2. Atender ao cumprimento dos art. 70 e 71 da LDB que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser vinculados nessa rubrica.

3. Ampliar, em regime de parceria com o Governo Federal, o atendimento aos programas de renda mínimos associados à educação, de sorte a garantir o acesso e permanência na escola a toda população em idade escolar no município.

4. Estabelecer programas diversificados de formação continuada e atualização visando à melhoria do desempenho no exercício da função de Diretor e

coordenadores de instituição escolar.

5. Manter a avaliação de desempenho de acordo com o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

6. Implantar a avaliação de desempenho aos trabalhadores de apoio da educação, definida no seu plano de carreira.

7. Adquirir, até o 3º ano da vigência deste plano, novos playgrounds para todas as unidades que atendem a Educação Infantil e Ensino Fundamental – Séries Iniciais com estruturas modernas que possibilitem maior desenvolvimento de habilidades;

8. Otimizar o funcionamento de todos os laboratórios de informática existentes em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino , até o final 3º ano de vigência do plano;

9. Assegurar acessibilidade arquitetônica para todas as escolas da rede municipal com: rampas, banheiros, toldos, corrimões, equipamentos e mobiliários adequados de acordo com a necessidade até o final do terceiro ano de vigência deste plano;

10. Criar até o terceiro ano de vigência deste plano, programas complementares e suplementares que promovam a acessibilidade em todas as escolas que atendem alunos com necessidades especiais, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, de acordo com as Normas TÉCNICAS Brasileiras de Acessibilidade (ABNT/NBR – 9050/2004);

11. Adquirir mobiliários (carteiras e cadeiras) de acordo com a faixa etária que contemple todas as escolas até o 3º ano de vigência do plano;

12. Assegurar, o provimento da merenda escolar de qualidade para todas as modalidades de ensino da rede municipal, garantindo o enriquecimento da mesma com produtos da agricultura familiar e acompanhamento de nutricionista;

13. Assegurar, o transporte escolar dos alunos das zonas rurais e localidades distantes, transportando-os para as escolas mais próximas de suas residências conforme critérios definidos pelo Órgão Municipal de Ensino, com colaboração financeira da União e do Estado de forma a garantir a escolarização de todos os alunos da educação básica;

14. Garantir, durante a vigência deste plano, o transporte escolar adaptado aos alunos, da rede pública de ensino, que comprovem sua efetiva

necessidade, de acordo com os critérios da legislação, garantindo o acesso desses aos diferentes níveis e modalidades de ensino, acompanhados por monitores, quando necessário;

15. Adquirir via convênio com o governo federal e estadual, até o último ano da vigência do plano, ônibus adaptado para substituir os carros da de toda frota do transporte escolar municipal, conforme necessidade;

16. Acompanhar a destinação dos recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

17. Fortalecer, no âmbito do município, os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação;

18. Acompanhar o desenvolvimento, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, estudo e acompanhamento regular dos investimentos e custos por alunos da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades; estar atento no atendimento aos padrões exigidos no Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, que será implantado no prazo de 2 (dois anos) referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;

19. Acompanhar a implementação o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20. Garantir a aquisição de recursos pedagógicos/lúdicos e equipamentos para a educação inclusiva, (salas de recursos multifuncionais) como apoio para facilitar e promover a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais;

21. Assegurar a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, a aquisição de instrumentos técnicos e pedagógicos necessários de acordo com as especificidades de cada área.